PORTARIA Nº 3.590, DE 22 DE AGOSTO DE 2008

ALTERADA PELA PORTARIA Nº 3.442, DE 06 DE JULHO DE 2009

Dispõe sobre remoção por permuta dos servidores que especifica.

O Secretário Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, e considerando:

- as disposições contidas no artigo 47 da Lei nº 14.660, de 26 de dezembro de 2007, e no artigo 2º do Decreto nº 42.777, de 8 de janeiro de 2003;
- a necessidade de fixar critérios e procedimentos para o processamento da remoção por permuta dos Profissionais de Educação, lotados e em exercício nas unidades escolares da Rede Municipal de Ensino, e de titulares de cargos de Diretor de Equipamento Social e de Auxiliar de Desenvolvimento Infantil, lotados e em exercício nos Centros de Educação Infantil - CEIs;

RESOLVE:

Art.1º - A remoção por permuta dos Profissionais de Educação e dos titulares de cargos de Diretor de Equipamento Social e de Auxiliar de Desenvolvimento Infantil, processar-se-á antes do início do ano letivo, ou, excepcionalmente, durante o mês de julho, mediante requerimento e observados os critérios e procedimentos fixados pela presente Portaria.

Art.2º - Os servidores interessados na remoção por permuta deverão formalizar o pedido mediante preenchimento do formulário, conforme segue:

- a) integrantes da carreira do Magistério Municipal: "Remoção por permuta entre integrantes da carreira do Magistério Municipal" - Anexo I desta Portaria;
- b) integrantes da carreira do Quadro de Apoio à Educação: "Remoção por permuta entre integrantes das carreiras do Quadro de Apoio à Educação" - Anexo II desta Portaria;
- c) titulares de cargos de Diretor de Equipamento Social ou de Auxiliar de Desenvolvimento Infantil: "Remoção por permuta entre titulares de cargos de Diretor de Equipamento Social ou de Auxiliar de Desenvolvimento Infantil" - Anexo III desta Portaria.

Art. 3º - São condições para o deferimento do pedido de remoção por permuta:

I - para os integrantes da carreira do Magistério Municipal:

- a) deter cargo de igual denominação/disciplina;
- b) estar no efetivo exercício das funções próprias do cargo na unidade de lotação;
- c) estar lotado em unidade onde não haja excedente em seu módulo/ área de atuação.

II - para os integrantes do Quadro de Apoio à Educação:

- a) encontrar-se no efetivo exercício das funções próprias do cargo na unidade de lotação;
- b) estar lotado em unidade onde não haja excedente em seu módulo.

III - para os titulares de cargos de Diretor de Equipamento Social ou de Auxiliar de Desenvolvimento Infantil:

a) encontrar-se no efetivo exercício das funções próprias do cargo que titulariza e estar lotado em Centro de Educação Infantil - CEI;

b) estar lotado em unidade onde não haja excedente em seu módulo.

§1º - Observadas as condições fixadas pela presente Portaria, os Profissionais de Educação docentes optantes pela Jornada Básica do Professor - JB, instituída pela Lei no 11.434, de 12 de novembro de 1993, somente poderão solicitar remoção por permuta com profissional submetido à mesma jornada.

§2º - Em se tratando de permuta no mês de julho, o pedido deverá conter justificativa fundamentada dos permutantes e manifestação das respectivas chefias imediatas, assegurando inexistir prejuízo para o andamento normal das atividades escolares.

Art.4º - Além das previstas no artigo 3º desta Portaria, são condições para a permuta:

a) não deter o cargo de Diretor de Escola, de Coordenador Pedagógico ou de Assistente de Diretor de Escola em acúmulo com cargo ou função docente, na mesma unidade de lotação;

b) observância ao disposto no inciso XX do artigo 179 da Lei nº 8.989, de 29 de outubro de 1979;

c) que o servidor conte ainda com no mínimo de 3(três) anos para completar o tempo de serviço necessário à aposentadoria;

d) não ser portador de laudo médico de readaptação temporária.

Art.5º - Será tornada insubsistente a permuta do profissional que vier a se exonerar, ser nomeado/designado para exercício de cargo em comissão, ou ainda acessar para outro cargo, no prazo de 3 (três) meses, contados da publicação do ato da permuta.

Art.6º - O requerimento de permuta, devidamente preenchidos e após manifestação das respectivas chefias imediatas, deverá ser protocolado na CONAE 2 - Divisão de Recursos Humanos Setor de Protocolo, no prazo fixado para a permuta e com tempo hábil para sua análise e deferimento.

Parágrafo Único - Os requerimentos protocolados em desconformidade com o disposto no "caput" serão liminarmente indeferidos.

Art.7º - Os candidatos à remoção por permuta deverão aguardar o despacho decisório a ser publicado no Diário Oficial da Cidade de São Paulo, que passará a vigorar a partir do dia útil imediatamente posterior ao da publicação.

Art.8º - O profissional removido por permuta estará sujeito aos turnos/horários de trabalho e regência de classe/aulas, no caso do professor, na unidade educacional do seu permutante.

Art.9º - Será permitida apenas uma permuta por ano, a cada profissional.

Art.10 - Caberá à chefia imediata, sob pena de responsabilização funcional, a correta instrução da situação funcional do profissional permutante, bem como dar ciência expressa aos servidores da unidade educacional das disposições da presente Portaria.

Art.11 - Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação.

Art.12 - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria SME nº 3.343, de 8 de junho de 2004.

ARQUIVO APROFEM